




CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

**SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL,
JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES
E DIREITOS HUMANOS**

Pauta da nossa Conversa

- 
- Segurança Alimentar e Nutricional;
 - SUAS X SISAN;
 - Diretrizes da Política de SAN: Destacando SAN para Povos e Comunidades Tradicionais;

O que é????



Avanços que a Segurança Alimentar e Nutricional teve:

Conceito de SAN

Lei Orgânica de
Segurança Alimentar
e Nutricional -LOSAN

Sistema (SISAN)

Direito à Alimentação

Programas, Projetos e
ações de SAN

Política de SAN



- ✓ Qualidade;
- ✓ Cultura;
- ✓ Sustentabilidade;

E ainda:

- ✓ Direito;
- ✓ Soberania .

Conceito De San:

“ A Segurança Alimentar e Nutricional, consiste na realização do DIREITO de todos ao ACESSO REGULAR e PERMANENTE a alimentos de QUALIDADE, em QUANTIDADE suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotora da SAÚDE, que repeitem a DIVERSIDADE cultural e que seja social ambiental, cultural, econômica e socialmente SUSTENTÁVEIS.”

(Art. 3º LOSAN, Lei nº 11.346/2006)

Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA

“O Direito à Alimentação Adequada é um Direito Humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva”

EC 64/ 2010- Alimentação como Direito Social (Art 6º CF)

Soberania Alimentar

É o direito de cada País definir sua própria **produção, distribuição, comercialização e consumo** de alimentos que garantam o direito à alimentação da população, respeitando as diversas culturas.

- * Soberania das nações e sua autossuficiência com relação aos alimentos para consumo interno;
- * A preservação de sementes tradicionais (crioulas) e biodiversidade agrícola;
- * A valorização da cultura e hábitos alimentares de diversas populações.

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, Lei 11.346/2006

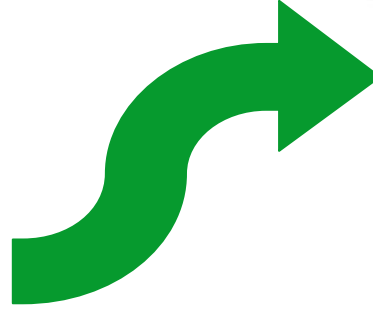
- ✓ Reconhece a alimentação como o direito fundamental;
- ✓ Cria o SISAN para assegurar o DHAA no Brasil; inclusive definindo os integrantes ;
- ✓ Reafirma as obrigações do Estado de Respeitar, proteger, promover e prover a alimentação adequada;
- ✓ Institucionaliza a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ Institui a necessidade de haver instrumentos de monitoramento e exigibilidade do DHAA.
- ✓ O Ceará também tem sua LOSAN (nº15.002/2011)

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

É um sistema que tem por objetivo formular e implementar política e planos de segurança alimentar e nutricional nos municípios e estados e em âmbito federal.



Como está
no Ceará?



Dados de INSAN no Ceará

Quase 45% da população está em situação de Insegurança Alimentar

Tabela 1: Domicílios em situação de segurança e insegurança alimentar, segundo área urbana e rural - Ceará - 2019

Situação	Total		Área Urbana		Área Rural	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Segurança alimentar	1.632.900	55,8	1.336.789	58,3	296.111	46,8
Insegurança alimentar leve	620.550	21,2	457.110	19,9	163.441	25,8
Insegurança alimentar moderada	360.399	12,3	262.620	11,5	97.779	15,5
Insegurança alimentar grave	311.134	10,6	236.086	10,3	75.048	11,9
Total	2.924.983	100,0	2.292.605	100,0	632.378	100,0

Fonte: IPECE, Pesquisa Regional por Amostra de Domicílios (PRAD-CE).



INSAN

“Incapacidade no acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem sentir a iminência de sofrer restrição no futuro próximo”

Categorização de Insegurança Alimentar:

(EBIA adotada pelo IBGE)

Segurança Alimentar

Quando todos os habitantes do domicílio têm acesso pleno e constante aos alimentos necessários;

Insegurança Alimentar Leve

Quando existe a preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro; tendo a qualidade dos alimentos inadequada para não comprometer a quantidade dos alimentos;

Insegurança Alimentar Moderada

Quando o acesso a quantidade de alimentos é restrita entre os adultos; ou quando há ruptura do padrão alimentar, devido a falta de alimentos, entre os adultos ;

Insegurança Alimentar Grave

Nessa situação verifica-se que não há alimentos para todos, incluindo crianças e adolescentes.

A FOME passa a ser uma experiência no domicílio.

FOME

43 municípios que já aderiram ao SISAN

1. Tamboril
2. Araripe
3. Crateús
4. Ararendá
5. Mucambo
6. Ipueiras
7. Tauá,
8. Parambu
9. Monsenhor Tabosa
10. Brejo Santo
- 11 . São Luís do Curu
12. São Gonçalo do Amarante
13. Fortaleza
- 14 . Maracanaú
15. Alcântaras
16. Arneiroz
17. Miraíma
18. Missão Velha
19. Pacujá
20. Varjota
21. Lavras da Mangabeira



22. Orós
23. Icó
24. Cariús
25. Boa Viagem
26. Jucás
27. Jaguaribe
28. Russas
29. Salitre
30. Palhano
31. Piquet Carneiro
32. São João do Jaguaribe
33. Itapipoca
34. Novo Oriente
35. Iguatu
36. Cariré
37. Pacatuba
38. Cruz
39. Caucaia
40. Milhã
41. Irauçuba
42. Bela Cruz
43. Pindoretama

Desafios para o SISAN

Construir e buscar o seguinte cenário :

- ✓ CAISAN atuante, monitorando o Plano de SAN;
- ✓ Todos os 184 Municípios cearenses com suas adesões ao SISAN efetivada;
- ✓ Os 184 Municípios cearenses tenham CONSEA's instalados, com LOSAN's Municipais aprovadas e CAISAN's Municipais criadas e implementando Planos Municipais;
- ✓ Redes e Fóruns fortalecidos;
- ✓ Difusão da SAN, com enfoque de consolidar Direitos e promover a Soberania.

Chamamento para o momento atual:

```
graph TD; A[Chamamento para o momento atual:] --> B[Elaboração do Plano de SAN]; A --> C[Enfrentamento da Fome e INSAN]; A --> D[Pacto pela Segurança Alimentar];
```

Elaboração do Plano
de SAN

Enfrentamento
da Fome e INSAN

Pacto pela Segurança
Alimentar

08 Diretrizes da Política de SAN

DIRETRIZ 1 - Promoção do **ACESSO** universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

DIRETRIZ 2 - Promoção do **ABASTECIMENTO** e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de **PRODUÇÃO**, extração, processamento e distribuição de alimentos;

DIRETRIZ 3 - Instituição de processos permanentes de **EDUCAÇÃO** alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

DIRETRIZ 4 - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS** de que trata o decreto nº 6.040/2007, e povos indígenas

08 Diretrizes da Política de SAN

DIRETRIZ 5 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à **SAÚDE**, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

DIRETRIZ 6 - Promoção do acesso universal à **ÁGUA** de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura;

DIRETRIZ 7- Apoio a iniciativas de promoção da **SOBERANIA ALIMENTAR**, segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da lei nº 11.346/2006;

DIRETRIZ 8 – **MONITORAMENTO** da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.



AS DIRETRIZES DA POLÍTICA DE SAN RELACIONADAS A PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Promover o ACESSO universal à alimentação saudável e adequada



Estruturar sistemas justos de base agroecológica e sustentáveis de PRODUÇÃO, extração, processamento e distribuição de alimentos



Instituir processos permanentes de EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO em SAN e DHAA

**Valorização
da cultura
Alimentar**

**Formação de
Produtores e
manipuladores
de alimentos**



**Capacitação com
as mulheres do
CMIC / Criança Feliz**

**Estudos e Pesquisas para
Conquista de
SAN e Direito Humano**

Ampliar e coordenar as ações de SAN voltadas para os POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



Acesso aos territórios tradicionais e recursos naturais

Atendimento diferenciado em programas e ações de SAN

Distribuição de alimentos a grupos populares específicos

Promover o Acesso a ÁGUA para consumo humano e para produção de alimentos



Fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à SAÚDE de modo articulado às demais políticas de SAN



VAMOS CONVERSAR UM POUCO SOBRE:



**ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

SUAS

**SEGURANÇA
ALIMENTAR E
NUTRICIONAL**

SISAN

Integração e possíveis ações

Pontos de Convergência entre SUAS e SISAN

Constituição Federal: EC 64/2010, insere no Art. 6º a garantia do direito à **ALIMENTAÇÃO**. *O direito humano à alimentação adequada (DHAA)*.

LOAS (Art. 1º): a Política de Assistência Social deve prover mínimos sociais, com a finalidade de garantir o atendimento às necessidades básicas;

A situação de insegurança alimentar e nutricional é uma vulnerabilidade presente nos territórios dos CRAS que afeta as condições de vida;

Pode-se depreender que quando o DHAA é violado, há um comprometimento da capacidade protetiva das famílias.

A melhoria da qualidade de vida das famílias (objetivo do PAIF) requer incentivo as práticas inovadoras de promoção da alimentação saudável e adequada no território de abrangência dos CRAS. promover aquisições sociais e materiais as famílias potencializa sua **autonomia** – conceito presente no SUAS e SISAN.

Integração SUAS e SISA

Construção de ações coordenadas em rede entre SUAS e SISA para atenção à integralidade das demandas das famílias: a articulação deve partir da realidade dos territórios e considerar a diversidade de públicos e suas necessidades;

CRAS por sua localização e modo de atuação identifica as demandas no campo da Segurança Alimentar e Nutricional no território das unidades de referência do SUAS;

Busca ativa e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social, que estão mais propícias a vivenciarem situações de insegurança alimentar e nutricional;



Integração SUAS X SISAN

Fortalecer ações de SAN para povos e comunidades tradicionais;

O SUAS e SISAN ofertam ações que se complementam para públicos como indígenas, quilombolas, assentados, extrativistas, agricultores familiares, pescadores artesanais, entre outros. Em articulação as ações para esses públicos ajudam a combater exclusões históricas e a proteger seu modo vida e costumes. Olhar especial para:

- ✓ Valorização das diferentes expressões da cultura alimentar e seu patrimônio alimentar ;
- ✓ Combate a INSAN que persiste nos grupos populacionais específicos , exigindo compromissos intersetoriais;

Integração SUAS X SISAN

- ✓ Ações na rede socioassistencial voltadas à educação alimentar e nutricional com famílias e comunidades;
- ✓ Fortalecer as condições para permanência das famílias da área rural, com mais qualidade de vida;
- ✓ Facilitar o acesso das famílias e indivíduos atendidos pelo SUAS aos recursos do SISAN;
- ✓ Potencializar e fortalecer a inclusão produtiva , pois beneficiará tanto os produtores (estimulando a agricultura familiar), quanto consumidores (enfrentando a insegurança alimentar);
- ✓ Facilitar a distribuição do excedente da produção da agricultura familiar, identificando famílias e instituições consumidoras (importante que a gestão local considere as condições de cada local e a forma como se dará tal articulação);

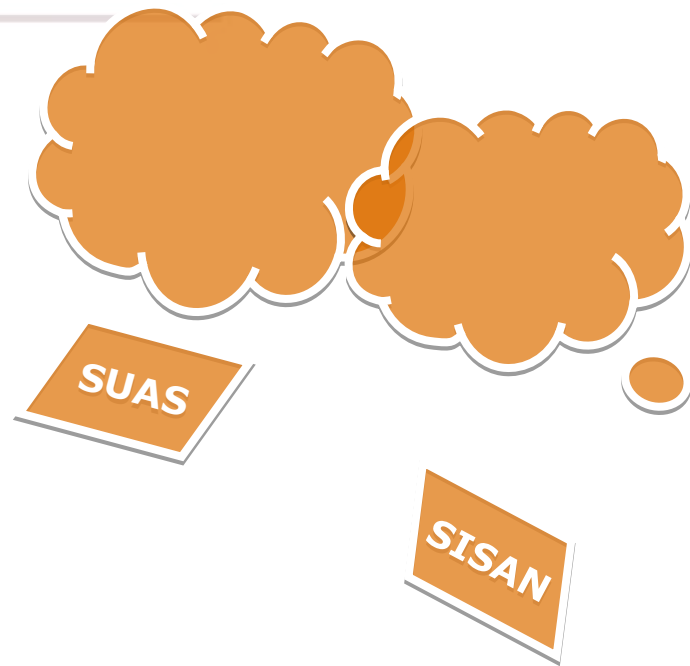
Integração SUAS X SISAN

Fortalecimento do diálogo sobre segurança alimentar no SUAS

Em diversos municípios as ações do SUAS e SISAN estão alocados no mesmo órgão gestor. É de suma importância que localmente as ações sejam organizadas de forma a se complementarem. Importante que hajam ações conjuntas entre as equipes técnicas dos equipamentos públicos de Alimentação e Nutrição e da rede socioassistencial: disseminação de informações, encaminhamentos, priorização de atendimento;.

Abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional no Trabalho Social com Famílias considera os seguintes princípios:

- Valorização da cultura alimentar e respeito à diversidade
- Promoção do autocuidado, da participação, emancipação e autonomia
- Integração de ações na atenção às Famílias com crianças na Primeira Infância e em processos de inclusão produtiva



SUAS e SISAN – Materiais Gráficos

Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para os serviços socioassistenciais


EAN: uma estratégia para a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada;

Objetivo dos Cadernos: Subsidiar a abordagem da educação alimentar e nutricional nos serviços socioassistenciais.

Caderno teórico: embasamento para a abordagem da temática como direito e pressupostos de uma alimentação adequada e saudável.

Caderno metodológico: exemplifica algumas atividades de EAN para a abordagem dessa temática nos serviços socioassistenciais.





**POVOS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS**



PCTs



**SEGURANÇA
ALIMENTAR E
NUTRICIONAL**



SAN



CONTEXTO:

- ✓ INSAN ainda persiste em alguns grupos populacionais;
- ✓ Necessidade de construção e execução de Políticas diferenciadas e específicas , com base nos princípios do etno desenvolvimento , que respeitem as culturas, as formas de organização social, as especificidades étnicas, raciais e de gênero;
- ✓ MapaINSAN , em 2016, mostra 14 municípios no Ceará com situação de INSAN mais acentuada, que persiste em territórios, especialmente onde residem PCTs (desnutrição de crianças); Jati, antonina do Norte, Aurora, Granjeiro, Penaforte, Apuiarés, Ipu, Ibaretama, Frecheirinha, Groaíras, Pacujá, Varjota, Catunda, São João do Jaguaribe.....

1. INSAN

2. INCLUSÃO PRODUTIVA



**3 EIXOS DE
ATUAÇÃO:**

3. ACESSO A TERRA E GESTÃO TERRITORIAL

METAS/AÇÕES:

- Busca Ativa e mobilização , no sentido de identificar e cadastrar famílias de PCTEs. Essa identificação no Cad.único procura dar visibilidade à diversidade dos povos e comunidades tradicionais , propiciando a implementação de políticas públicas específicas;
- Ampliar e aperfeiçoar programas de Transferência de Renda , para garantia da SAN;
- Oferta de alimentação Escolar, pelo PNAE, com monitoramento dos cardápios diferenciados nas escolas indígenas e quilombolas;
- Desenvolvimento de tecnologias sociais de acesso a água para produção e consumo;
- Apoio na delimitação , desapropriação, titulações , regularização de terras e ainda reconhecimento de territórios.

O que devemos fazer para trabalhar a SAN junto a povos e comunidades tradicionais

- ✓ acesso a mercados para os produtos provenientes das organizações econômicas de povos e comunidades tradicionais; inclusive com fomento a economia solidária e acesso a DAP (declaração da agricultura familiar); atualmente denominado de CAF(Cadastro da Agricultura Familiar)
- ✓ sistemas produtivos de interesse de povos e comunidades tradicionais que valorizem suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem;
- ✓ pesquisas para entender o uso e os processos de gestão dos principais sistemas produtivos desenvolvidos em territórios tradicionais;

O que devemos fazer para trabalhar a SAN junto a povos e comunidades tradicionais

- ✓ ações de educação contextualizada, agroecologia e organização social que promovam os sistemas produtivos e alimentícios desenvolvidos por povos e comunidades tradicionais, valorizando o conhecimento local e o empoderamento desses grupos; inclusive com intercâmbio de experiências
- ✓ ações de crédito e assistência técnica e extensão rural de base agroecológica voltadas para o desenvolvimento de sistemas produtivos desenvolvidos em territórios tradicionais, (inclusive na pesca);

O que devemos fazer para trabalhar a SAN junto a povos e comunidades tradicionais

- ✓ a difusão de informações, nos meios de comunicação, sobre a história e a função social dos alimentos produzidos por povos e comunidades tradicionais;
- ✓ a inclusão, nas atividades do ensino fundamental e médio, de conteúdos que valorizem as tradições alimentares de povos e comunidades tradicionais, bem como que promovam a discussão sobre a educação alimentar e nutricional;
- ✓ a capacitação dos agentes públicos responsáveis pela execução de programas de assistência técnica e extensão rural, compras públicas e promoção da alimentação de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Articulação e qualificação sistemática das políticas Públicas, em especial: SAN, Educação, habitação, energia, Cultura, Saúde, Previdência e assistência Social.

O que é preciso para se garantir a SAN?

- ✓ Que ninguém passe fome;
- ✓ Que não haja desperdício de alimentos;
- ✓ Que os alimentos tenham preço acessível e sejam produzidos em maior quantidade e com maior variedade;
- ✓ Que as pessoas repensem seus hábitos alimentares levando em consideração o valor nutritivo dos produtos;
- ✓ Que a sociedade esteja mobilizada e conscientizada para uma participação mais ativa nas temáticas de segurança alimentar e nutricional;

O que é preciso para se garantir a SAN?

- ✓ Que as entidades de ensino se empenhem num processo de educação para a segurança alimentar e nutricional;
- ✓ Que os produtores não usem agrotóxicos, hormônios e adubos químicos na produção de alimentos;
- ✓ Que seja garantido saneamento básico a toda população;
- ✓ Que o meio ambiente seja preservado;
- ✓ Que seja criado o Conselho e Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e CAISAN nos municípios
- ✓ Que o município tenha seu Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional .

PARA REFLETIR E OPERACIONALIZAR



Tendo por base as funções da Assistência Social:

Proteção Social: que trata dos Serviços, programas, benefícios voltados as situações de risco e fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e funções protetivas das famílias.

Vigilância Socioassistencial: Que aborda a elaboração de Diagnóstico territorializado identificando áreas de risco e vulnerabilidade.

Defesa de Direitos: Que trata da Garantia do conjunto de ofertas , para acesso de forma igualitária.

Pense e responda: Como essas funções podem ser integradas e serem complementares a Política de Segurança Alimentar e Nutricional direcionada a Famílias dos PCT'S?

REFLITA Também sobre:

A situação de Insegurança Alimentar é uma vulnerabilidade presente nos territórios, e onde o Direito à Alimentação pode estar sendo violado e portanto, comprometendo a capacidade protetiva das famílias.

Diante disso, quais práticas podemos desenvolver?

- ✓ As demandas/riscos/vulnerabilidades estão sendo identificadas?
- ✓ Está sendo feita busca ativa?
- ✓ Quais encaminhamentos estamos promovendo para garantir acesso a serviços, programas , benefícios e projetos ?




OBRIGADA!!!



***Célula de Segurança Alimentar e
Nutricional***

Contato: 85-3101-2131 / 3101-4556





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

**SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL,
JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES
E DIREITOS HUMANOS**